

Sugestões para a crise do endividamento *Vinda Ext*

São muitas as sugestões que se fazem nos países devedores no sentido de resolver a crise de endividamento por que passam diversos países em desenvolvimento. Tais sugestões são, em geral, pouco realistas e pecam por exigir demais dos países credores, que, de resto, não são consultados a respeito. Por isso, merecem maior atenção as sugestões que os credores apresentam. Talvez elas sejam mais úteis para conduzir à solução do grave problema que aflige o mundo.

A sugestão, apresentada por um grupo de trabalho composto de banqueiros e industriais suíços e divulgada em nossa edição de domingo, parece-nos digna de ser examinada com toda a atenção pelos banqueiros estrangeiros.

Enquanto se costuma mostrar atitude arrogante em relação aos credores e a solução indicada na maioria das propostas dos devedores preconiza, direta ou indiretamente, uma moratória, ou, como a última proposta do professor Celso Furtado, exige uma reforma do sistema monetário internacional, cuja concretização demandaria muitos anos, a sugestão

dos empresários suíços parece-nos ditada por extraordinário bom senso e equilíbrio. O capítulo relativo à contribuição dos países devedores contém apenas quatro itens, ao passo que o referente à dos países credores abrange dez itens, o que revela claramente o estado de espírito que presidiu ao trabalho.

Com efeito, as propostas são feitas no quadro de uma economia mundial solidária, na qual se reconhece que a prosperidade dos países industrializados é condicionada por um crescimento econômico satisfatório nos países do Terceiro Mundo, e que a crise do endividamento implica co-responsabilidade dos devedores e dos credores. A análise dos empresários suíços parte de uma premissa muito importante, a nosso ver: reconhece que as medidas de emergência, tomadas até agora, eram necessárias e mostraram que o sistema monetário internacional é capaz de resolver crises agudas. Adverte, porém, contra o perigo de tais medidas, destinadas a resolver o problema a curto prazo, levarem os países devedores a um estado de crise crônico, incompatível com um crescimento adequado, que pode provocar colap-

sos no sistema internacional. Por isso, faz-se necessário encontrar novas soluções duradouras para o problema.

A crise exige, naturalmente, contribuição da parte dos países devedores, que devem restabelecer a disciplina econômica, mas, segundo os empresários suíços, sem deixar de manter nível adequado de emprego. Adverte os autores do documento contra a ilusão dos tratamentos de choque (redução drástica das importações, cortes excessivos nos gastos públicos), que talvez proporcionem resultados espetaculares a curto prazo, mas cujos efeitos não são duráveis. Recomendam, em lugar disso, medidas mais profundas: maior franquia ao capital de risco estrangeiro, aplicação parcimoniosa e oportuna de recursos no setor público, diversificação, em termos de moedas, do endividamento.

Aos países credores, os autores do documento lembram que é natural crescer a dívida externa dos países em desenvolvimento e recomendam que assegurem um fluxo regular de capitais para estes. Os bancos credores devem, por meios e esforços

próprios, enfrentar as dificuldades, que não representam tão graves problemas em confronto com o endividamento interno dos governos. O documento afirma que "sem uma sensível redução do nível de juros efetivos não se pode superar nem a crise do endividamento nem a recessão da economia mundial", e diz não serem admissíveis ônus adicionais sobre os juros. Naturalmente, os países credores devem manter suas fronteiras abertas, se querem receber os juros sobre a dívida.

Entendem os empresários suíços que os bancos privados deveriam financiar somente projetos comprovadamente úteis e economicamente viáveis, ficando a cargo dos organismos oficiais os projetos de longa maturação na infra-estrutura. Reconhecem eles a necessidade de se ampliarem os recursos dos organismos internacionais e, em particular, do FMI, para permitir que os bancos privados mantenham e estendam sua participação.

Como se vê, a comunidade financeira internacional mostra-se compreensiva e está consciente de que o sistema atual deve ser mudado.